

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.604.630 - SP (2019/0312777-1)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **SIPOM ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA**
AGRAVANTE : **GIOVANI WEBSTER MASSIMINI**
ADVOGADOS : **MARCELO BUENO FARIA E OUTRO(S) - SP185304**
CIBELE FERNANDA PERESSOTTO - SP298804
AGRAVADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **GUILHERME SOARES DE OLIVEIRA ORTOLAN E**
OUTRO(S) - SP196019

EMENTA

AGRAVO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. FORMAÇÃO DO TÍTULO. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO QUESTIONADA. PRÉVIA OPORTUNIDADE DE EMENDA À INICIAL DA EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. SÚMULA 568/STJ.

1. "O art. 616 do Código de Processo Civil do CPC/1973 [correspondente ao art. 801 do CPC/2015] é direcionado aos magistrados, a fim de evitar que seja julgada inepta a execução, possibilitando-lhes facultar à parte exequente a correção de vício verificado na inicial, mediante emenda." (REsp 1366603/CE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 26/06/2018). Precedentes.

2. Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por SIPOM ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA E GIOVANI WEBSTER MASSIMINI contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região assim ementado:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DEMONSTRATIVO DO DÉBITO. EXTRATOS ANALÍTICOS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 616 DO CPC/1973 -

ARTIGO 801 DO CPC/2015 - ABERTURA DE PRAZO PARA JUNTADA. POSSIBILIDADE. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA EXTINTIVA DA AÇÃO EXECUTIVA.

1. Vale registrar que a memória de cálculo apresentada pela exequente na execução e constante nos presentes embargos às fls. 74/76 não permite de forma clara e objetiva aferir a evolução do débito. Não obstante não estar a memória de cálculo (extratos analíticos) apresentada em conformidade com o prescrito no artigo 28 da Lei 10.931/2004, essa irregularidade não enseja a decretação, desde logo, da inexigibilidade do título e, via de consequência, da nulidade da execução.

2. De fato, a apelante, em sede de impugnação aos embargos, prontificou-se a apresentar a documentação questionada, desde que assim determinado pelo Juízo à fl. 84 -verso. Contudo, não houve determinação judicial nesse sentido.

3. Observa-se que existindo dúvida a respeito de algum requisito para constituição do crédito, compete ao Juízo conceder oportunidade à parte autora para apresentação de documentos que auxiliam na formação de seu convencimento. Sendo assim, incorre, no caso em tela, a incidência do artigo 616 do CPC/73 (art. 801 do CPC/2015). Precedentes.

4. Vale ressaltar que somente em caso de defeito insanável ou de inércia da parte no cumprimento da ordem, é cabível a extinção do processo, contudo, sem resolução do mérito, o que não se verifica na hipótese em tela.

5. Vislumbra-se no caso em apreço que a apresentação dos documentos de forma irregular, não permitindo que a executada, ao analisá-lo, tivesse meios suficientes a fim de averiguar os índices e percentuais aplicados, valores cobrados a título de multa moratória, juros de mora, a incidência de comissão de permanência, bem como, dos valores pagos, etc.

6. Verifica-se, ainda, que a apresentação posterior da memória de cálculo ou extratos da conta corrente ou planilhas de cálculo da dívida, já nos embargos, evidentemente impediu o exercício do contraditório e ampla defesa previstos constitucionalmente pois, sem saber bem ao certo qual o procedimento adotado pelo credor da origem do débito e como chegou ao quantum executado, não permitiu à executada se defender de forma adequada.

7. Contudo, ainda que a inicial da execução não esteja em plena conformidade como os requisitos legais, é admissível a concessão de prazo ao credor para emenda à inicial com a juntada dos documentos pertinentes.

8. *Tendo em vista a anulação da sentença proferida nos presentes embargos à execução, é de rigor, por conseguinte, a desconstituição da sentença extintiva da respectiva ação de execução de título extrajudicial, distribuída sob o nº 0003184-05.2015.4.03.6115 (apenso).*

9. *Apelação parcialmente provida para anular a r. sentença.*" (e-STJ fls. 155/156).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 171).

Em sede de recurso especial, os recorrentes alegam malferimento do artigo 801 do Código de Processo Civil/2015, "visto que o juízo de primeiro grau deu oportunidade expressa para a recorrida juntar os documentos faltantes que pudessem dar alguma liquidez, certeza e exigibilidade ao título executado, o que não fez" (e-STJ fl. 177).

Nessa toada, defende que, "não realizando a juntada, mesmo diante da intimação, a CEF se sujeitou à extinção da ação, não tendo o Juízo obrigação de abrir novo prazo para sua manifestação" (e-STJ fl. 181).

Aponta a inexigibilidade da cédula de crédito objeto da execução.

Não houve contrarrazões ao recurso especial.

Nas razões do agravo, os agravantes infirmaram especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ fls. 199/205).

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece guarida.

Com efeito, no que importa à solução da presente controvérsia recursal, assim caminharam as razões de decidir do Tribunal regional:

"A embargada, ora apelante, ajuizou execução fundada em Cédula de Crédito Bancário - Crédito Especial CAIXA EMPRESA (fls. 06/34 dos autos de ação de execução) acompanhada da posição da dívida em 03/12/2005 (fl. 37 da execução), demonstrativo de débito e planilha de evolução da dívida (fls. 39/40 dos mesmos autos).

No presente feito, os embargantes sustentaram, preliminarmente, a falta de clareza dos extratos quanto ao pretenso débito, descumprindo totalmente o disposto do art. 28, § 2.º, I e II da Lei nº 10.931/2004, requerendo o

indeferimento da petição inicial. No mérito, alegaram a iliquidez do título objeto da lide, tendo em vista os títulos pagos e não lançados na conta dos embargantes, bem como, a ilegalidade na cobrança da comissão de permanência, cumulada com multa e outros encargos; e a repetição do indébito, ou a compensação. Aos valores pagos a maior.

A impugnação aos embargos foi apresentada às fls. 83/89-verso.

O MM. Juízo a quo proferiu sentença às fls. 96/100-verso, reconhecendo a existência de vício de formação da cédula de crédito, eis que não cumpriu a obrigação do credor de emitir extratos da conta corrente ou planilhas de cálculo da dívida, ou se de seu saldo devedor, nos termos do art. 28, caput, §1º, inc. VII, §2º, inc. I e II, da Lei 10.931/2004, e, em consequência, julgou o processo com exame do mérito, com base no art. 487, inc. 1, art. 803, inc. I (não corresponde à obrigação certa) e art. 917, inc. I, primeira parte (inexequibilidade do título), do CPC, acolhendo o pedido do autor para declarar inexigível, neste processo, o título Cédula de crédito bancário n. 24.1998.737.0000002-45 e nula a Execução n. 0003184-05.2015.403.6115.

Vale registrar que a memória de cálculo apresentada pela exequente na execução e constante nos presentes embargos às fls. 74/76 não permite de forma clara e objetiva aferir a evolução do débito.

Não obstante ausente a memória de cálculo (extratos analíticos) apresentada em conformidade com o prescrito no artigo 28 da Lei 10.931/2004, essa irregularidade não enseja a decretação, desde logo, da inexigibilidade do título e, via de consequência, da nulidade da execução.

De fato, verifico que a apelante, em sede de impugnação aos embargos, prontificou-se a apresentar a documentação questionada, desde que assim determinado pelo Juízo à fl. 84-verso. Contudo, não houve determinação judicial nesse sentido.

Observa-se que existindo dúvida a respeito de algum requisito para constituição do crédito, compete ao Juízo conceder oportunidade à parte autora para apresentação de documentos que auxiliam na formação de seu convencimento.

Sendo assim, incorre, no caso em tela, a incidência do artigo 616 do CPC/73 (art. 801 do CPC/2015), in verbis:

'Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de

indeferimento.'

Nesse sentido, colaciono a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - DEMONSTRATIVO DO DÉBITO - APLICAÇÃO DO ARTIGO 616 DO CPC - ABERTURA DE PRAZO PARA JUNTADA - PRECEDENTES.

I - O simples fato da petição inicial não se fazer acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da ação de execução, não implica de pronto seu indeferimento. Neste caso, cumpre ao Juiz, verificando tal vício ou irregularidade, determinar a diligência contemplada no art. 616, do CPC, pena de indeferimento, em decorrência da função instrumental do processo. Quando não o faz e o tema é aferido nos Embargos, anula-se a decisão para seu cumprimento.

II - Recurso conhecido e provido." (STJ, 3ª T, RESP 149890 -MG, Rd Min. Waldemar Zveiter, j. 15/02/2001, v.u., DJU 09/04/2001). g.n.

RECURSO ESPECIAL - OFENSA AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - INEXISTÊNCIA - ARTIGOS 130, 131, 330 E 333 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ - FASE EXECUTÓRIA - IRREGULARIDADE NA CAUSA DEBENDI - ANÁLISE EX OFFICIO PELO JULGADOR - JULGAMENTO EXTRA-PETITA - RECONHECIMENTO - CONVERSÃO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO EM DILIGÊNCIA PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 - Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado. 2 - "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo." (Súmula 211/STJ). 3 - No processo de execução, a certeza da obrigação deve ser observada pelo julgador, e estará representada no título executivo; no entanto, a verificação de alguma irregularidade na causa debendi refoge ao pressuposto processual do processo de execução e deve ser objeto de manifestação do executado, em sede de embargos do devedor, sob pena de se violar o princípio da demanda e da inércia da jurisdição. 4- Nos termos do artigo 614 do Código de Processo Civil, deve o credor juntar à petição inicial elementos que comprovem a certeza, liquidez e a exigibilidade do seu crédito, ou seja, o título executivo, o valor em que se encontra a dívida, o vencimento e o inadimplemento da obrigação. Na

falta de alguns desses documentos deve o julgador intimar o exequente para emendar a inicial. A diligência determinada pelo Tribunal a quo teve claro objetivo de desconstituição da certeza do título executivo, questão meritória oponível em sede de embargos do devedor (ônus do embargante) e que extrapola a norma insculpida no artigo 616 do Código de Processo Civil. ***5 - Recurso Especial parcialmente provido." (STJ, RESP - RECURSO ESPECIAL 97 1804, Processo: 200701631632, Órgão Julgador: Terceira Turma. Data da decisão: 16/12/2010, DJE DATA: 11/04/2011). g. n.***

Por oportuno, vale ressaltar que somente em caso de defeito insanável ou de inércia da parte no cumprimento da ordem, é cabível a extinção do processo, contudo, sem resolução do mérito, o que não se verifica na hipótese em tela.

[...]

Contudo, ainda que a inicial da execução não esteja em plena conformidade como os requisitos legais, é admissível a concessão de prazo ao credor para emenda à inicial com a juntada dos documentos pertinentes.

Nesses termos, de rigor a nulidade da r. sentença, posto a ausência de intimação da exequente para trazer aos autos os documentos pertinentes à aferição dos valores exequendos.

Tendo em vista a anulação da sentença proferida nos presentes embargos à execução, é de rigor, por conseguinte, a desconstituição da sentença extintiva da respectiva ação de execução de título extrajudicial, distribuída sob o nº 0003184-05.2015.4.03.6115 (apenso)." (e-STJ fls. 151/154, grifei).

Do fragmento acima, possível extrair que, diante da impugnação aos embargos à execução, na qual a instituição financeira ora recorrida "prontificou-se a apresentar a documentação questionada, desde que assim determinado pelo Juízo à fl. 84-verso" e, diante da inexistência de determinação judicial nesse sentido, a Corte regional concluiu pela nulidade da sentença que reconheceu a existência de vício na formação da cédula de crédito e, também, declarou inexigível a Cédula de Crédito Bancário, "posto a ausência de intimação da exequente para trazer aos autos os documentos pertinentes à aferição dos valores exequendos".

Nessa ordem de idéias, elidir a conclusão do Tribunal recorrido - no sentido de que a instituição financeira exequente prontificou-se, à fl. 84-verso

(numeração original), a apresentar a documentação questionada, desde que assim determinado pelo Juízo de piso, o que não houve - demandaria o revolvimento do quadrante fático-probatório da causa, providência vedada nesta sede especial, a teor do enunciado n.º 07/STJ.

No mais, consoante bem pontuado no aresto combatido, encontra guarida na jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, existindo dúvida a respeito de algum requisito para constituição do crédito, compete ao Juízo conceder oportunidade à parte exequente para apresentação de documentos que auxiliam na formação de seu convencimento. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA EMBARGANTE.

1. "Nos termos da jurisprudência consolidada no STJ, encontrando-se a execução instruída com título executivo hábil, a falta da adequada demonstração da evolução da dívida ou a ausência do simples cálculo aritmético, não acarreta, por si só, a extinção automática do processo, devendo o magistrado oportunizar a emenda a inicial para correção do vício (art. 616, do CPC)." (AgRg no AgRg no REsp 987.311/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2012, DJe 19/04/2012). Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 845.453/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 30/05/2019, grifei).

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL EM FACE DE AVALISTAS DE TÍTULOS DE CRÉDITO. RELAÇÕES FUNDAMENTAIS DISTINTAS. APENAS UM DEVEDOR COMUM. CUMULAÇÃO SUBJETIVA. INVIABILIDADE. AVAL. OBRIGAÇÃO AUTÔNOMA E INDEPENDENTE. POSSIBILIDADE DE PROSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. PRÉVIA OPORTUNIDADE DE EMENDA À INICIAL. NECESSIDADE.

1. O aval é ato cambiário unilateral e incondicional, que

fomenta a salutar circulação do crédito, ao instituir, dentro da celeridade necessária às operações a envolver títulos de crédito, obrigação autônoma e independente ao avalista, conferindo maior segurança ao credor cambial, em benefício da negociabilidade da cártula.

2. Os títulos de crédito que embasam a execução referem-se a relações fundamentais distintas e apenas um dos coexecutados é devedor (avalista) de ambos os títulos de crédito. "A execução conjunta de obrigações autônomas contra devedores distintos é hipótese fática que não compreende a cumulação subjetiva autorizada pelo art. 573 do Código de Processo Civil de 1973 [780 do CPC/2015], mas, configura, na verdade, a vedada coligação de devedores". (REsp 1635613/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016)

3. O art. 616 do Código de Processo Civil do CPC/1973 [correspondente ao art. 801 do CPC/2015] é direcionado aos magistrados, a fim de evitar que seja julgada inepta a execução, possibilitando-lhes facultar à parte exequente a correção de vício verificado na inicial, mediante emenda.

4. Como um coexecutado figura como avalista nos títulos de crédito que embasam a execução [em que as obrigações não têm relação fundamental comum], cabe a oportunidade de emenda à inicial, para restringir o polo passivo ao avalista comum a ambas as cártulas ou mesmo limitar a execução a um só título de crédito e respectivos devedores.

5. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1366603/CE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 26/06/2018, grifei).

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CRITÉRIO DE CÁLCULO. ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. ERRO DE CÁLCULO. EXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 07 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APRESENTAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS, SEM CONSENTIMENTO DO RÉU, APÓS CITAÇÃO DA EXECUTADA E APRESENTADOS OS EMBARGOS DO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 463, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CORREÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS. APLICAÇÃO IMPERTINENTE PARA RETIFICAÇÃO DE ERRO DE CÁLCULO OU EQUÍVOCO MATERIAL DA PARTE. ART. 616 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EMENDA À INICIAL DIANTE DE ERRO OU AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL VERIFICADO PELO JUIZ DA EXECUÇÃO. DISSÍDIO

JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

1. *Conforme restou verificado pelo Tribunal a quo não houve o apontado equívoco ou erro material, apenas tentativa dos ora Agravantes de modificação do pedido, por meio de alteração dos critérios de cálculo existentes na planilha que fora apresentada inicialmente.*

2. *A verificação da existência, ou não, de suposto erro material necessitaria de um percuciente reexame do conjunto probatório dos autos, o que é vedado pelo comando contido na Súmula n.º 07 do Superior Tribunal de Justiça.*

3. *Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento no sentido de que, após a citação, é impossível a modificação do pedido sem o consentimento do réu.*

4. *O comando contido no art. 463, inciso I, do Código de Processo Civil é dirigido para a correção da sentença ? e, por extensão lógica, às demais decisões judiciais, especialmente as de cunho decisório e, portanto, a pretensão de que este também confere à a possibilidade de corrigir, a qualquer tempo, eventuais erros materiais ou de cálculo por ela cometidos, desborda da correta exegese da citada norma processual.*

5. *O art. 616 do Código de Processo Civil é direcionado aos magistrados, a fim de evitar que seja julgada inepta a execução liminarmente, possibilitando-lhes facultar à parte a emenda à inicial, quando constatada imprecisão nesta ou ausência de documento essencial.*

6. *No que tange ao alegado dissídio pretoriano, os precedentes elencados não se prestam para configurar a divergência, pois não apresentam similitude fática com o aresto recorrido.*

7. *Agravo Regimental desprovido.*

(AgRg no REsp 1059028/AL, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28/10/2008, DJe 17/11/2008, grifei).

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CONDIÇÃO DA AÇÃO. DEMONSTRATIVOS DE CÁLCULO. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PERMISSÃO PARA ADEQUADA INSTRUÇÃO.

- Achando-se a execução aparelhada com título executivo hábil ? cédula de crédito rural ? a falta de adequada demonstração da evolução da dívida detectada, não acarreta a extinção automática do processo, devendo o órgão julgador, antes, permitir ao credor que seja sanada a falta, nos termos do art. 616 c/c art. 614, II, do CPC.

(AgRg no Ag 734.078/PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em

25/09/2007, DJ 15/10/2007, p. 257).

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. FALTA DE DEMONSTRATIVO DE DÉBITO ATUALIZADO. AUSÊNCIA. ART. 614, II, DO CPC. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A falta de apresentação do demonstrativo do débito, na hipótese em que o título dá embasamento suficiente ao pleito executivo, não é causa de extinção da execução, mas sim oportunidade para que o exequente regularize o vício, oferecendo cálculo detalhado do débito, nos termos do art. 616 do CPC.

2. Recurso especial não-provido.

(REsp 469.677/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/05/2006, DJ 03/08/2006, p. 246).

Portanto, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência aqui dominante, incide, no ponto, a Súmula n.º 568 do STJ, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Destarte, o recuso especial não merece provimento.

Por fim, deixo de majorar os honorários advocatícios na forma prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, porquanto, na origem, não houve prévia fixação da referida verba em face da parte aqui recorrente.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "b", do Regimento Interno do STJ, c/c Súmula 568/STJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator